



A produção da paráfrase nos discursos de divulgação científica sob o viés da Semântica Argumentativa

A argumentação interna

Daniela Fátima Dal Pozzo

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Brasil
orcid.org/0000-0003-2344-5697

Carina Maria Niederauer

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Brasil
orcid.org/0000-0001-5453-8912

Este estudo objetiva demonstrar como a argumentação interna (AI), presente na Semântica Argumentativa, em especial na Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), desenvolvida por Carel e Ducrot, pode auxiliar acadêmicos a produzirem paráfrases, a fim de contribuir com a elaboração de discursos de divulgação científica. Inicia-se esta pesquisa abordando a importância da paráfrase para esses discursos, bem como falando sobre o quão complexo é parafrasear, já que duas habilidades principais são requeridas para a produção de paráfrase: compreensão leitora e produção escrita. A partir disso, são apresentadas algumas definições de paráfrase, assim como alguns dos problemas que essas definições apresentam. Em seguida, disserta-se sobre a Teoria dos Blocos Semânticos, em especial sobre o conceito de argumentação interna. Finaliza-se aplicando a AI a discursos de divulgação científica, como forma de demonstrar sua contribuição para a elaboração de paráfrases. A análise apresentada demonstra o potencial da Teoria para auxiliar na produção de paráfrases.

Palavras-chave: Paráfrase. Discursos de divulgação científica. Teoria dos Blocos Semânticos. Argumentação interna.

La producción de paráfrases en el discurso de divulgación científica bajo el sesgo de la Semántica Argumentativa: la argumentación interna

Este estudio tiene como objetivo demostrar cómo la argumentación interna (AI), presente en la Semántica Argumentativa, especialmente en la Teoría de los Bloques Semánticos (TBS), desarrollado por Carel y Ducrot, puede ayudar a los académicos a producir paráfrasis, con el fin de contribuir a la elaboración de discursos de divulgación científica. Esta investigación aborda la importancia de parafrasear, así como habla de lo complejo que es el parafraseo, ya que para parafrasear se requieren dos habilidades principales: comprensión lectora y producción escrita. Se presentan algunas definiciones de paráfrasis, así como algunos de los problemas que presentan estas definiciones. Luego, se discute la TBS, en particular el concepto de argumentación interna. Concluye aplicando la IA a los discursos de comunicación científica, como una forma de demostrar su contribución a la elaboración de paráfrasis. El análisis presentado demuestra el potencial de la Teoría para ayudar en la producción de paráfrasis.

Palabras clave: Paráfrasis. Discursos de divulgación científica. Teoría de Bloques Semánticos. Argumentación interna.

Production of paraphrases in scientific discourse published through the lens of Argumentative Semantics: internal argumentation

This study aims to demonstrate how the internal argumentation (IA), featured on the actual version of the Argumentative Semantics, specifically the Semantic Blocks Theory developed by Carel and Ducrot, can help academic students paraphrase their sentences and contribute to elaborate scientific discourse published. This research begins approaching the importance of the paraphrasing for the scientific discourse in academia and the complexity of paraphrasing, as two abilities are required to produce the paraphrasing: reading comprehension and written production. From this point, some definitions of this concept are introduced, as well as some problems that these definitions present. Following that, the Theory of Semantic Blocks is discussed, focusing on the concept of internal argumentation. This study finish applying the IA to scientific discourses to demonstrate your contribution to the development of paraphrasing. The presented analysis demonstrates the potential of the Theory to help in the production of paraphrases.

Keywords: Paraphrases. Argumentative semantics; Internal argumentation. Semantic blocks theory. Scientific discourse.

Introdução

O nível superior requer, durante a formação profissional, a leitura e o estudo de material teórico que, muitas vezes, redundam na produção de diferentes gêneros de discursos acadêmicos, tais como: resenhas, artigos, monografias, dissertações etc. Contudo, tais produções, no mais das vezes, geram insegurança para alguns acadêmicos, diante da possibilidade de serem produzidas inconsistências teóricas e, até mesmo, plágio involuntário, decorrente da dificuldade de compreensão da leitura que está sendo feita, esta que é pré-requisito essencial para parafrasear um discurso. Embora este estudo não aborde diretamente a compreensão leitora, torna-se relevante referi-la, já que, para parafrasear um discurso, essa habilidade é necessária.

A dificuldade de ler de forma compreensiva é perceptível nas mais diversas áreas do conhecimento. Não são poucos os alunos que finalizam a Educação Básica, como apresentam os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, BRASIL, 2018b) tendo uma compreensão leitora considerada deficitária, o que reflete, por óbvio, no Ensino Superior, em que é necessária a leitura de discursos mais complexos (BRASIL, 2018a, não paginado). Mas o que é compreender um discurso? Neste estudo, é entendido como a habilidade do leitor em atribuir sentido a um discurso, isto é, constituir o sentido, tanto analítica quanto sintaticamente, isto é, constituir as inter-relações das partes para, na sequência, compreender o todo (AZEVEDO, 2016).

Consoante isso, consta nos mecanismos que avaliam a compreensão leitora no Ensino Superior, como no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que os acadêmicos apresentam dificuldades no que concerne tanto à compreensão leitora quanto à produção escrita, habilidades requeridas ao se parafrasear um discurso. No Relatório Síntese da área de Língua Portuguesa, do ENADE de 2017, foram avaliadas 34 áreas do conhecimento, de cursos a distância e presenciais. Segundo o relatório, que avaliou três aspectos (morfossintáticos e vocabulares; ortográficos; e textuais), a distribuição das médias em Língua Portuguesa, quanto ao ensino presencial, tem como menor média 51,2 e maior 58,3. Já no ensino a distância, a média menor é de 42,5 e a maior 59,8. Em se tratando da nota média de Língua Portuguesa por área, dos cursos avaliados, a menor é 46,6 para o curso de Tecnologia em Redes de Computadores; e a maior é 62,2 para o curso de licenciatura Letras-Português e Inglês (BRASIL, 2017). Esses dados demonstram que é preciso melhorar o desempenho dos aprendizes dessa habilidade.

De fato, compreender os diferentes tipos de discursos é necessário em todas as esferas da vida, pois, o indivíduo, como ser social, interage nas mais variadas instâncias por meio da linguagem, quer por meio da fala quer da escrita.

Diante disso, convidamos o leitor a refletir sobre algumas questões: será que ao ler são feitas as relações necessárias no interior dos enunciados e entre os enunciados que compõem o

discurso para que seja constituído seu sentido?; Somos capazes de, a partir do que compreendemos do discurso lido, parafraseá-lo sem comprometer o sentido do discurso original?; O que é parafrasear? Em uma paráfrase, a substituição de palavras por sinônimos pode garantir a manutenção do sentido do discurso original? Realmente lemos e estudamos os discursos teóricos com os quais trabalhamos ou apenas decoramos o que lemos e cremos que isso é suficiente para constituir o sentido, ou seja, compreendê-los para sermos capazes de, a partir de nossa compreensão, parafraseá-los? Ao parafrasear um discurso, bastaria trocar algumas palavras por seus respectivos sinônimos, para que o sentido do discurso parafraseado se mantivesse?

Substituir um termo num discurso por outro é complexo. Esse processo torna-se ainda mais perceptível, no meio acadêmico, nas chamadas citações indiretas, as quais fazem uso da paráfrase. Em vista disso, o objetivo geral desta pesquisa é demonstrar como a noção de *argumentação interna* (AI), da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), poderia auxiliar na produção de paráfrases, a fim de contribuir na elaboração de discursos de divulgação científica no Ensino Superior. A escolha desse tema reside no fato de haver poucos estudos voltados à elaboração de paráfrases não só no que concerne à perspectiva da Semântica Argumentativa, como também sob outros vieses teóricos, o que reforça a relevância científica e social de uma pesquisa como esta.

Outra contribuição que este estudo busca trazer diz respeito ao plágio. Sabemos que o plágio pode ocorrer por falta de valores éticos e morais, mas pode ocorrer também em virtude da falta de conhecimento de como referir a autoria dos discursos que são utilizados. Segundo a lei brasileira, plágio é o ato de fazer uso da ideia de um autor, sem fazer a devida referência, o que é considerado crime previsto pela lei sobre direitos autorais, Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1988, art. 102 e art. 108. A título de exemplo, reproduzimos aqui o art. 108 da referida lei:

Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade (BRASIL, 1988, [s/p]).

Na sequência serão abordados os aspectos principais da paráfrase e a teoria que sustenta este estudo, acompanhada de alguns exemplos, visando a colaborar com todos aqueles que tenham interesse nessas questões. Na seção a seguir, abordamos a paráfrase.

1. Paráfrase: escrevendo com outras palavras

O ingresso no Ensino Superior exige uma maior produção de discursos de divulgação científica, tais como resenhas, artigos, TCCs e monografias, o que requer, muitas vezes, a produção de paráfrases. Mas o que é parafrasear um discurso? Acreditamos que muitos

acadêmicos responderiam que parafrasear é escrever com outras palavras o que um autor diz. Parece simples, não? Basta trocar algumas palavras por sinônimos, inverter a ordem do discurso, que se tem uma paráfrase. Entretanto, o ato de parafrasear é bem mais complexo.

Ao escrever discursos de divulgação científica, o acadêmico é influenciado por ideias que já possuem autoria, logo ele precisa respeitá-las e dizer quem as formulou, citando o autor. Essa é uma forma de mostrar quais ideias são originalmente do acadêmico, e quais são dos autores que o inspiram, para que, desse modo, tanto a autoria de um quanto de outro seja respeitada.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) normatiza duas formas de citar o discurso de outrem em discursos acadêmicos: a citação direta e a citação indireta. Segundo ela, a primeira corresponde à: “Transcrição textual de parte da obra do autor consultado” (ABNT NBR: 10520:2002, p. 2). Ou seja, é a cópia tal qual o discurso original. Deve-se referir autoria, ano e página da obra consultada. Todos esses destaques servem exatamente para garantir a proteção da propriedade intelectual dos discursos que estão sendo utilizados.

Já a citação indireta é entendida como o: “Texto baseado na obra do autor consultado” (ABNT NBR: 10520:2002, p. 2). De acordo com Koch e Elias (2016), citação indireta diz respeito à adaptação das ideias de um texto-fonte, por meio de paráfrases, sem alterar a ideia central do texto¹-fonte. Segundo elas, embora na citação indireta aquele que parafraseia possa fazer uso de índices de conformidade, tais como: segundo o(a) autor(a), para o(a) autor(a), de acordo com o(a) autor(a), a responsabilidade dele é maior do que quando opta pela citação direta, uma vez que entra em jogo a manutenção do sentido do discurso lido.

No meio acadêmico, a produção de citações indiretas é regulada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normaliza como deve ser referenciado um discurso citado indiretamente em outro discurso, o qual pode ser feito por meio da paráfrase, do resumo etc.

Segundo Sant’Anna (2004, p. 17), o termo paráfrase vem do grego *para-phrasis*, significando “continuidade ou repetição de uma sentença”. Embora, em geral, o termo paráfrase esteja associado à produção de discursos de divulgação científica, fazemos uso desse mecanismo em diversas situações do cotidiano, por exemplo: ao reproduzirmos algo que nos foi dito, ao resumirmos o enredo de um filme etc.

Ao buscar definições de paráfrase, identificamos que alguns teóricos consideram esse termo sinônimo de *resumo*, *metáfrase* ou *paródia*; constatamos, também, que há poucas orientações de como parafrasear um discurso. De maneira geral, a paráfrase é considerada um mecanismo de substituição intuitivo, seja pela lógica, seja pela substituição por sinonímia. Sua definição varia conforme a vertente teórica – Retórica, Lógica, Linguística Textual, Semiótica,

¹ Mantemos “texto” como referido pelas autoras, o que equivale a “discurso” como propõe a SA.

Semântica, Enunciação etc. Embora este estudo esteja fundamentado na perspectiva da Semântica Argumentativa, consideramos oportuno apresentar, mesmo que de forma sucinta, como algumas outras vertentes teóricas compreendem a paráfrase.

Fuchs (1985) discorre sobre três abordagens diferentes de paráfrase, as quais, segundo ela, são as três principais fontes históricas que a linguística contemporânea usou como base: (1) a perspectiva lógica da equivalência formal; (2) a perspectiva gramatical da sinonímia; e (3) a perspectiva retórica da reformulação. Vejamos cada uma delas.

A primeira, que é a paráfrase como equivalência formal de frases, tem como base o viés da *lógica da equivalência da verdade*, em que uma proposição é considerada como paráfrase de outra se ambas possuem o mesmo “valor de verdade”, quer verdadeiro, quer falso esse valor, havendo regras que possibilitam o estabelecimento dessas equivalências (FUCHS, 1985, p. 130). Assim sendo, em se tratando de um enunciado como *Toda cobra é réptil*, este poderia ser parafraseado por: *Não há cobra que não seja réptil*. A autora diz que embora alguns linguistas defendam essa concepção, outros dizem que ela apresenta dificuldades e limites ao ser aplicada aos enunciados da língua, pois, consoante Fuchs (1985, p. 130), a abordagem sob o viés da lógica “conduz a um desconhecimento da especificidade do sentido sobre o qual repousa o funcionamento linguístico da paráfrase”.

Segundo a autora, os linguistas formais, ao não considerarem a perspectiva do “valor de verdade”, defendem que há uma paráfrase quando dois enunciados compartilham entre si uma propriedade em comum, tornando-os equivalentes. Para descrever essa propriedade, é preciso “estabelecer as famílias de enunciados que, em língua, são equivalentes” (FUCHS, 1985, p. 130), ou seja, que são possíveis de serem descritas, pelo linguista, o parentesco sintático, que seria o “sentido comum”. Para essa equivalência, conforme Fuchs (1985, p. 130), é preciso ser estabelecido, pelo linguista, “as famílias de paráfrases sobre a base de uma derivação de enunciados equivalentes a partir de uma fórmula abstrata comum [...] que se considera representar as relações gramaticais profundas e, portanto, a constância semântica” desses enunciados.

Sob esse viés, as relações entre voz passiva e ativa ou entre enunciados conversos seria o protótipo dessa teoria. A título de exemplo vejamos o seguinte enunciado: *Eu comi chocolates* (voz ativa), o qual poderia ser parafraseado por: *Os chocolates foram comidos por mim* (voz passiva); ou ainda: *João deu um chocolate a Pedro*, que poderia ser parafraseado pelo converso: *Pedro ganhou um chocolate de João*. Quanto às críticas feitas a essa perspectiva, Fuchs (1985) diz que os linguistas questionam as considerações quanto ao léxico e ao impacto semântico do uso de derivação.

A autora ressalta que duas são as operações de derivação entre as quais o linguista pode optar: (1) de efeito semântico variável; e (2) de efeito semântico nulo/sem alteração semântica. Na primeira, a paráfrase é secundária, pois é considerada como um “subconjunto dos enunciados estruturalmente equivalentes” (FUCHS, 1985, p. 131), uma vez que decorre da relação ativo/passivo, afirmação/negação, cabendo escolher as derivações que concebam paráfrases. Já na segunda operação, “a paráfrase é central, já que as operações de derivação não mudam o sentido” (FUCHS, 1985, p. 131). Quanto a essas operações, a linguista ainda afirma “Historicamente, os transformacionistas (tanto Harris quanto Chomsky) adotaram sucessivamente cada um destes dois pontos de vista” (FUCHS, 1985, p. 131).

A segunda concepção de paráfrase, abordada pela linguista francesa, é a da paráfrase como sinonímia de frases. Durante anos, os gramáticos questionaram-se sobre a sinonímia, opondo, principalmente, duas de suas concepções: a quantitativa, que considera que, na língua, muitas palavras têm o mesmo sentido; e a qualitativa, que considera que há diferenças, mesmo que sutis, que podem ser percebidas no uso da língua (FUCHS, 1985). Na linguística contemporânea, consoante a autora, essa oposição ainda se faz presente: por um lado, há a abordagem estritamente sintática, que versa sobre uma ideia intuitiva de “identidade de sentido”; por outro lado, há abordagens que buscam qualificar a significação das paráfrases a partir de suas semelhanças e diferenças, como é o caso da semântica gerativa e formal.

Assim sendo, para Fuchs (1985, p. 130-131), os semanticistas “concordam em caracterizar a paráfrase em termos de identidade de um núcleo semântico de partida (tipo ‘significado de base’ comum, correspondendo mais ou menos ao esquema proposicional/asseverado)”. A título de exemplo, a autora diz que Martin, um dos linguistas que estuda a paráfrase sob duas perspectivas, simultaneamente, a saber, da lógica formal e da sinonímia semântica, afirma que por mais que ambas as abordagens tenham “necessariamente o mesmo ‘sentido lógico’” (FUCHS, 1985, p. 132), o “sentido topicalizado” (*João deu um chocolate a Pedro/Pedro ganhou um chocolate de João*) ou “linearizado” (*Na minha opinião, este livro não é bom/Este livro, na minha opinião, não é bom*) ou “sentido focalizado” (*Ela está rindo/É ela quem está rindo*) ou, ainda, o “sentido conotativo” (*Roubaram meu carro/levaram meu auto*), podem divergir.

A perspectiva de paráfrase como sinonímia de frases apresenta dois problemas, de acordo com a autora: o primeiro diz respeito à “qualificação das semelhanças e diferenças semânticas”; já o segundo é quanto à “presença da ideia intuitiva de identidade de sentido na consciência linguística dos locutores” (FUCHS, 1985, p. 132).

Para Fuchs (1985), tanto as perspectivas da equivalência formal quanto da sinonímia semântica tratam a paráfrase como uma “relação virtual na língua”, a partir de abstrações feitas do uso, e não como uma relação “atualizada no discurso”. Além disso, nessas perspectivas, por

cada pessoa fazer a sua interpretação, a reformulação pode não manter equivalência de sentido com o texto-fonte.

Já a paráfrase por reformulação, de acordo com a mestra francesa, é discutida tanto na tradição retórica quanto na literária. Sob esse viés, ela sempre foi abordada “no plano do discurso, como uma atividade efetiva de reformulação pela qual o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de um texto-secundo” (FUCHS, 1985, p. 133, grifo da autora).

As concepções pragmáticas, enunciativas e discursivas trabalham muito com a paráfrase sob esse viés, de acordo com a linguista francesa. Essa perspectiva considera “os parâmetros ligados ao locutor à situação particular de discurso” (FUCHS, 1985, p. 133). Ela ainda diz que, em geral, são levantados três problemas quanto à paráfrase a partir da reformulação: a primeira, que consiste em interpretar o texto que será parafraseado. Nesse caso, a reformulação vai ser diferente para cada indivíduo e vai depender de cada situação: o sujeito reformula o texto com base na sua interpretação, o que pode causar divergências, pois, conforme a mestra francesa, essa abordagem depende da “diversidade de graus de exigência semântica segundo as situações de decodificação (percepção de um ‘sentido global’, de uma leitura ou de uma escuta mais ou menos apressada)” (FUCHS, 1985, p. 134).

A segunda questão levantada refere-se à identificação da significação do texto-base reconstruído por meio da paráfrase. Sobre isso, Fuchs (1985, p. 134) diz que: “A paráfrase oscila, assim, entre a reprodução pura e simples do conteúdo e a sua deformação”, uma vez que essa identificação é sempre momentânea e frágil por se tratar, de acordo com a referida autora, de um “apagamento” de diferenças, e é disso que polêmicas surgem, como “não foi o que o autor quis dizer/texto diz”. A autora ainda diz que, por conta disso, são estabelecidos, pelos indivíduos, tolerâncias diferentes quanto ao valor semântico do texto.

No que concerne à reformulação, esta ocorre a partir de um emprego metalinguístico da linguagem: “exemplo: X, quero dizer Y; X e Y significam a mesma coisa; X, em outras palavras Y” (FUCHS, 1985, p. 134). O problema, então, versa, segundo a autora, em determinar o que permanece previsível para o linguista, a partir da articulação entre língua e discurso, o seu sistema e seu emprego.

Uma das dificuldades apresentadas por essa abordagem de reformulação é a de que o discurso reformulado a partir de um texto-fonte – conforme terminologia usada pela linguista – não necessariamente precisa ser fiel, tanto é que Fuchs (1985, p. 135) adverte que pode ser tanto uma reformulação quanto uma deformação, o que possibilita responsabilizar um autor pelo que ele não disse, podendo, o locutor, justificar que foi o que ele interpretou.

Um outro viés é o de Ilari (2001, p. 140), que, em seu livro, apresenta diferentes formas de fazer paráfrase. Dentre as possibilidades, o autor apresenta as operações sintáticas como as mais utilizadas, a saber: o uso de voz passiva, o uso de predicado converso, a troca de uma palavra que pertence a uma classe morfossintática por outra, entre outras.

Um dos exemplos utilizados por ele para demonstrar uma paráfrase é com base no predicado converso de substantivos, adjetivos etc. Segundo Ilari (2001, p. 140), este enunciado “Os produtos da Coca-Cola são superiores aos produtos da Antártica”, poderia ser parafraseado por: “Os produtos da Antártica são inferiores aos produtos da Coca-Cola”. Um outro exemplo é este em que “José é irmão de Pedro” seria parafraseado por “Pedro é irmão de José” (ILARI, 2001, p. 140).

Ao ler esses exemplos, poderíamos questionar: nesses casos as paráfrases não poderiam ser consideradas plágio por haver alterações mínimas? Não seria melhor fazer uso da citação direta? Como mensurar se é plágio ou não? Bastaria, então, inverter a ordem dos termos que constituem o enunciado e se teria uma paráfrase? As definições de paráfrase a que se tem acesso não abordam essas questões, o que reforça a necessidade de que a produção da paráfrase seja problematizada, apresentando-se, dessa forma, como um campo de estudo que precisa e merece ser aprofundado também em pesquisas futuras.

Voltando aos mecanismos parafrásticos abordados pelo linguista, uma outra forma de parafrasear é recorrer a sinônimos. A título de exemplo, ele diz que o enunciado: “A aula foi tediosa” poderia ser parafraseado por “A aula foi maçante” ou por “A aula foi chata”. Ou, ainda, “José tem barba” poderia ser parafraseado por “José é barbudo”. Será que ao trocar “tem barba” por “barbudo” o sentido é equivalente: será que uma pessoa que tem barba é necessariamente barbuda? Será que há equivalência de sentido? Eles podem ser tratados como sinônimos? Possivelmente, não, porque há diferença de gradualidade².

Mas, convidamos você, leitor, a refletir: quantos já não fizeram paráfrases parecidas achando que isso é parafrasear? Será que os dois enunciados possuem o mesmo sentido? Todo cuidado é pouco, uma vez que é preciso considerar o sentido do que é dito pelo autor no discurso-fonte; é preciso atentar para o fato de não atribuir um discurso a um determinado autor(a), ao parafrasear um discurso, sendo que ele não disse aquilo.

A revisão aqui apresentada mostra o quão complexo é falar sobre paráfrase. Parafrasear, neste estudo, não é entendido como substituir algumas palavras por sinônimos ou inverter a ordem do discurso. Antes de esclarecer o que se entende por paráfrase, aqui, primeiro é preciso dissertar sobre a Teoria que fundamenta esta investigação, o que fazemos a seguir.

² *Gradualidade* diz respeito à força argumentativa de uma palavra, como veremos na próxima seção.

2. A Teoria dos blocos semânticos

Iniciamos, sucintamente, retomando alguns conceitos de base da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). De acordo com Ducrot (1988, p. 56), uma língua é “un conjunto de frases”. A frase, para a Teoria, é um constructo teórico, sendo, portanto, criada pelo linguista, para tentar explicar o que ocorre na linguagem ordinária; assim sendo, é uma entidade abstrata, repetível e suscetível de diversas realizações. Já o enunciado é uma entidade linguística concreta, uma ocorrência no *aqui* e *agora*; é a atualização da frase; pode ser observado e é irrepetível; é o produto da enunciação³.

Já texto, segundo o mestre francês, é um encadeamento de frases, portanto é uma entidade abstrata complexa e repetível. Já o discurso é a atualização do texto, sendo constituído “por una sucesión de enunciados” (DUCROT, 1988, p. 53). O discurso é constituído por segmentos de enunciados, os quais são organizados e possuem relação entre si, formando uma entidade complexa de sentido, isto é, o que faz com que um discurso seja um discurso não é a quantidade de enunciados, mas a forma como se relacionam. Ocorre, assim como o enunciado, em um determinado tempo/espço, produzido por um sujeito, portanto não é repetível e é observável.

Feita essa distinção, é preciso falar de outros dois conceitos: *significação* e *sentido*. A *significação* para a TBS é orientativa e está no nível abstrato. Conforme Ducrot (1987, p. 50-59), o valor semântico da frase é denominado *significação*, enquanto o valor semântico do enunciado é chamado *sentido*. Consoante Carel (2017, p. 3): “Chamarei ‘significação’ o valor que a língua associa a uma expressão fora de emprego, e ‘sentido’ o valor de um emprego da expressão”.

Cabe esclarecer isso, pois o que a Teoria busca descrever a *significação* de entidades linguísticas. Para a TBS, palavras, enunciados e discursos evocam *encadeamentos argumentativos*, constituindo o sentido dessas entidades linguísticas. Assim sendo, dois segmentos unidos por um conector constituem um *encadeamento argumentativo*, o qual se manifesta mediante a fórmula: X CONECTOR Y (DUCROT, 2005). Consoante Flores et al. (2009, p. 228), na TBS, “o sentido se constrói pela totalidade dos sentidos dos segmentos que constituem o encadeamento argumentativo”. É da relação entre dois segmentos unidos por um conector que a *argumentação* se constitui.

No que se refere ao conector, este pode ser do tipo de DONC (DC) (equivalente a *portanto*, expressando um aspecto normativo), acrescido ou não de negação, ou do tipo de POURTANT (PT) (equivalente a *no entanto*, expressando um aspecto transgressivo), com ou sem negação. Esses conectores não necessariamente precisam estar explícitos no enunciado, dado que outras

³ *Enunciação* é entendida conforme definição encontrada no *Dicionário de linguística da enunciação*: é o “acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (FLORES et al., 2009, p. 103).

palavras ou expressões podem marcar essa relação. É por isso que os autores utilizam a expressão “do tipo de”, pois os conectores *DONC* e *POURTANT* são entidades abstratas que podem ser atualizadas, no discurso, por meio de outros conectores que expressem a mesma relação. Desse modo, o conector *DC* pode equivaler a *assim, portanto, então*, etc., em português; e *PT* a *no entanto, entretanto, porém*. Vale dizer que palavras lexicais como *portanto* e *embora*, bem como seus equivalentes, são denominadas de *articuladores*, os quais articulam segmentos de enunciado; já os *conectores* como *donc* e *pourtant* são uma entidade abstrata criada pelo linguista e representam os articuladores (FLORES *et al.*, 2009, p. 228).

Para o encadeamento entre segmentos de um enunciado, faz-se necessário eleger o conector adequado, quer em *DC* quer em *PT*.

Exemplos de encadeamentos do tipo *normativo*:

- (1) Bibiana entregou o artigo, (portanto, por isso, então) pôde sair antes da aula.

Um exemplo do tipo *transgressivo* acrescido de negação é:

- (2) Bibiana entregou o artigo, (no entanto, porém, entretanto) não pôde sair antes da aula.

Todos esses enunciados são constituídos por *X CONECTOR Y*.

Elucidamos utilizando um dos exemplos:

- (1) Bibiana entregou o artigo, *DC* pôde sair antes da aula.

X conector Y

O leitor pode estar se perguntando: por que conectores em *DC* e *PT*? Tal escolha, segundo o mestre francês, deve-se ao fato de que a TBS tem como base a concepção saussuriana, segundo a qual só é possível descrever a língua por meio de elementos linguísticos. O uso de *DC* e *PT* respeita esse pressuposto, podendo ser atualizados no discurso por intermédio de outros conectores, além disso ambos invocam a *interdependência de segmentos*, não havendo, dessa forma, inferência ou dedução, uma vez que o sentido é constituído pela argumentação.

É a partir do *bloco semântico* que se pode descrever o sentido das entidades linguísticas, dado que é uma entidade teórica criada para explicar o que ocorre no encadeamento, opondo-se a este que é uma entidade concreta. Consoante Azevedo (2006, p. 10, grifo da autora): “o encadeamento é, então, uma estrutura sintática que se constitui na realização de uma entidade semântica unitária: o *bloco semântico*, este como expressão do valor semântico de uma entidade lingüística”.

A título de exemplo, consideramos:

(3) Bibiana entregou o artigo, portanto pôde sair antes da aula.

Quais palavras em (3) permitem o uso do aspecto em DC? A interdependência de (3) decorre da inter-relação entre dois segmentos: *artigo entregue* e *possibilidade de sair antes da aula*, ou seja, do encadeamento: *entrega DC saída antecipada*.

A partir dessa relação X DC Y, outros aspectos podem ser construídos, a partir da negação de um ou de outro segmento ou da troca do conector. Não nos aprofundaremos nessas questões aqui, pois o foco é a *argumentação interna* (AI) de um termo ou expressão. Como vimos nos exemplos, os segmentos encadeados estabelecem uma relação de interdependência semântica, não de soma ou de dedução. Em síntese, a TBS está fundamentada na concepção saussuriana de que é na atualização da língua, isto é, na fala, que o signo tem seu valor constituído, a partir da relação com os signos que o sucedem e o antecedem. Para essa Teoria, o sentido de uma entidade linguística se constitui a partir da interdependência dessa entidade com outras. Sendo assim, a língua não é informativa, mas argumentativa, não havendo discursos que não sejam argumentativos.

Tendo evidenciado como a TBS atua, passamos, agora, a discorrer sobre a *argumentação interna* (AI), noção da TBS que é base deste estudo.

Enunciados e discursos evocam encadeamentos argumentativos, como vimos anteriormente, do tipo *normativo* ou *transgressivo*, respectivamente, *DONC* (DC) e *POURTANT* (PT), mas isso não ocorre apenas com essas entidades. Segundo o mestre francês, o sentido de uma entidade lexical consiste nos encadeamentos argumentativos que lhe estão associados pela língua, sendo isso a sua *argumentação interna* (AI). Para Carel e Ducrot (2005, p.), *entidade lexical* é a forma utilizada para referir palavras ou expressões de um discurso, explicamos: expressão, de acordo com Carel (2017, p. 3), pode referir-se tanto a um termo simples, como *pássaro*, quanto a um termo complexo, como *um pássaro grande*, ou, ainda, a uma sequência gramatical, como *Um pássaro grande entrou na casa*.

No entanto, nem todas as palavras da língua evocam encadeamentos argumentativos. Em vista disso cabe fazer uma distinção importante para a compreensão de entidades lexicais que se dá entre *palavras plenas* e *palavras instrumentais*. Ducrot (2005, p. 166) considera *palavras plenas* aquelas às quais se pode associar uma AI, isto é, são aquelas que evocam discursos; enquanto as *instrumentais* são “aquellas a las que no queremos o no podemos asociar un conjunto específico de aspectos y de discursos” (DUCROT, 2005, p. 166), como conjunções e advérbios.

Assim, sob esse viés, são consideradas *palavras instrumentais* aquelas às quais não é possível associar-lhes um encadeamento específico; “su valor semántico se define en relación con discursos que no están directamente asociados a ella” (DUCROT, 2005, p. 166). Essa classe de palavras divide-se em: conectores (*donc* e *pourtant*), entidades teóricas, como já vimos; articuladores (*mas*, *embora*, *porém* etc.), os quais comparam as argumentações dos segmentos; e os operadores, os quais se dividem em modificadores (*pouco*, *um pouco*, *muito*) e internalizadores – (emprego de *demais*, *em vão*, por exemplo). Nas palavras de Ducrot (2002, p. 11): “Entendemos por ‘operador’ uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY cujo sentido é constituído de aspectos contendo só as palavras plenas já presentes na AI [...] de X”.

Por este estudo voltar-se à paráfrase, nosso objeto são as palavras plenas e os modificadores. Como vimos, a *argumentação interna* (AI) “de una entidad e está constituida por um certo número de aspectos a los que pertencen los encadenamientos que parafrasean esta entidad e” (DUCROT, 2005, p. 64, grifo do autor). O leitor pode se perguntar: qual a relevância da AI de uma entidade lexical para este estudo? A resposta é que a partir da AI, ou seja, dos encadeamentos do tipo *XDCY* ou *XPTNeg-Y*, acrescida ou não de negação, palavras e expressões podem ser parafraseadas, desde que o encadeamento evocado não seja constituído pela própria entidade *e*, a qual é entendida como uma entidade lexical que designa palavras e/ou expressões atualizadas no discurso (DUCROT, 2005).

Não se trata de associar à palavra propriedades, coisas ou ideias, uma vez que isso estaria traindo a concepção de base da SA, que é imanentista, trata-se de “associar-lhe outras palavras” (CAREL, 2009, p. 26). Assim sendo, ao descrever a argumentação interna de uma palavra, poder-se-ia contribuir para a descrição do sentido do enunciado em que essa entidade é atualizada, uma vez que é a partir da *significação* que é possível constituir o sentido de uma entidade empregada em um enunciado ou discurso, pois “diz respeito aos elementos do sistema da língua” (CAREL, 2017, p. 3). Por outras palavras, a argumentação “está na língua no sentido de que a significação fora de emprego contém diretamente indicações sobre as argumentações que poderão ser desenvolvidas no discurso quando do emprego das palavras” (CAREL, 2017, p. 3).

Consoante Carel (2009, p. 26): “falar consiste, não em nomear, mas em relacionar as palavras em frases, em parágrafos, em textos, de modo que a descrição de uma palavra permita a descrição dos enunciados em que está empregada”.

O sentido de uma palavra se constitui no discurso, em oposição aos demais termos que fazem parte dele. Assim, o sentido é sempre único, não havendo, para essa Teoria, as chamadas figuras de linguagem: uma vez que o sistema linguístico não representa objetos da realidade. É no emprego, no uso que o valor de uma palavra se constitui. Com isso, a *significação*, conceito

da SA, possibilita prever o sentido de uma entidade a partir do seu emprego em enunciados e discursos. Como exemplo, o termo *reputação* poderia ter como AI: *boa conduta DC prestígio*.

A partir dessa revisão teórica, propomos, na seção seguinte, uma possibilidade de pensar a paráfrase sob o viés da *argumentação interna*.

2.1 A Teoria dos Blocos Semânticos e a paráfrase

O que seria parafrasear sob o viés semântico-argumentativo? A Semântica Argumentativa (SA) tem como objeto de estudo o sentido, em vista disso, fornece mecanismos para que se possa fazer a descrição do sentido de enunciados, a partir da descrição da significação das frases.

O que os teóricos da SA buscam ao definir e exemplificar o conceito de *argumentação interna* é explicar o que ocorre no nível concreto a partir de entidades abstratas. No caso deste estudo, buscamos verificar se a noção de *argumentação interna* pode vir a ser utilizada no nível concreto, colaborando para o processo de elaboração de paráfrases.

Por que é importante esclarecer isso? Porque o conceito-chave deste estudo é o de *argumentação interna*, uma construção teórica que visa a descrever e explicar o que ocorre no uso da língua. Significa dizer que analisamos a *argumentação interna* das palavras empregadas em um enunciado/discurso. Ducrot, ao propor a teoria, pensa na significação, uma vez que é impossível descrever o sentido de todas as ocorrências. Por trabalharmos com a paráfrase, logo, com discursos, buscamos o sentido, a partir da significação, para poder parafrasear.

A fim de elucidar o que propõem, ao abordarem a AI de ‘prudente’, como em *João foi prudente*, Ducrot e Carel (2008, p. 10) introduzem nesse encadeamento *perigo DC precaução*, bem como

perigo DC desistir de fazer (“quando uma ação é perigosa, desiste-se de fazê-la”), que são “expressos” pelo enunciado. Vê-se que o aspecto expresso contém argumentações que não são propriamente falando paráfrases do enunciado, já que elas diferem dele pelo sujeito gramatical [...] e pelo modo verbal [...].

A *significação* é um constructo teórico que permite à linguística descrever o que ocorre no uso da língua, porém, de acordo com os semanticistas franceses, a descrição da significação não dá conta de todos os usos de uma entidade lexical. Então, para parafrasear um discurso a partir dos encadeamentos evocados por uma certa entidade linguística, cabe fazer alusão à fala, ou seja, às suas relações para com as demais entidades desse mesmo enunciado/discurso.

A *paráfrase* é entendida pela TBS como a reformulação de uma entidade linguística, isto é, é possível reformular uma entidade linguística a partir de sua *argumentação interna*. Nas palavras de Ducrot (2002, p. 9-10), a *argumentação interna* “é relativa aos encadeamentos que

parafraseiam a entidade” [...] “se trata de uma espécie de reformulação [...] cuja entidade [...] não é ela mesma um segmento [do encadeamento]”.

Em dois dos discursos que o mestre francês cita, aparecem termos derivados de ‘paráfrase’, como ‘parafraseiam’ e ‘parafraseado’. Ainda, ao lado dessas palavras, aparece ‘encadeamento(s)’. Na obra *La Semántica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*, Ducrot (2005, p. 65, tradução nossa) ao definir o que é AI, afirma que: “Estos encadenamientos parafrásticos son exactamente lo que llamamos argumentación interna”, e a isso complementa: “Si se quiere parafrasear una palabra, no se va a tomar una expresión en la que aparezca esta misma palabra” (DUCROT, 2005, p. 65).

Consoante Carel (2018, p. 109-110), a TBS parte da hipótese de que “o conteúdo de nossos enunciados é parafraseável por encadeamentos argumentativos, isto é, por uma conjunção do tipo de *portanto* ou uma conjunção do tipo de *no entanto*. Ela se dá como objetivo prever essas paráfrases a partir da significação das palavras e de seu agrupamento”.

Após ler a proposta teórica da TBS, talvez o leitor deste artigo se pergunte: qual a diferença entre pensar a paráfrase sob o viés da TBS e as demais teorias? Como já dito durante todo este estudo, essa Teoria não considera o extralinguístico em suas análises, portanto, ao se pensar os encadeamentos evocados por uma entidade linguística, não está em questão ideologias ou inferências, mas a argumentação presente no enunciado, visando preservar o sentido do discurso-fonte.

Esclarecido isso, apresentamos uma aplicação do que propõe a TBS à produção de paráfrases. Para isso, trazemos um exemplo de paráfrase retirado do site Toda Matéria, no qual Fernandes (2019) apresenta uma citação direta e uma paráfrase dessa citação.

Consideremos, então:

Para cumprir com o que prometemos fazer, é preciso trazer o discurso disponível no site, a paráfrase sugerida por ele, para depois aplicar a teoria.

D(1) “Quero deixar aqui minha gratidão aos mestres que, através de seus livros, me permitiram repetir as boas doutrinas, ainda quando não lhes siga as pegadas, permanece o meu preito de reconhecimento” (FERNANDES, 2019, não paginado apud BECHARA, 2001, p. 17).

Paráfrase do D(1a) proposta por Fernandes (2019):

D(1b) Bechara (2001) é agradecido aos seus mestres, pois reconhece que através de seus livros obteve as suas bases. Acrescenta que ainda que não siga as mesmas pegadas, reconhece o trabalho de seus professores.

Ao analisarmos o discurso (1a), vemos que no discurso-fonte é dito ‘*embora, em alguns momentos, não percorra o mesmo caminho*’, o que não autoriza a paráfrase proposta ‘*ainda que*

não siga’, pois ao dizer ‘*em alguns momentos*’ não há uma negação absoluta, não podendo, portanto, na paráfrase, ser feita uma afirmação taxativa do tipo ‘*ainda que não siga*’. Ao se fazer uma paráfrase desse tipo, está-se modificando o sentido original.

Propomos agora parafrasear o discurso (1), a partir da argumentação interna de alguns termos presentes, os quais aparecem destacados.

D(1a) Bechara (2001) **reconhece o auxílio** de seus mestres, por meio de suas obras, o que lhe possibilita **replicar** as boas doutrinas recebidas; embora, **em alguns momentos, não percorra o mesmo caminho**, mantém seu **reconhecimento** a eles.

Possível argumentação interna de:

reconhece o auxílio: ajuda recebida DC gratidão

replicar: algo de interesse DC repetir

em alguns momentos, não percorra o mesmo caminho: mesmo percurso PT Neg-sempre

A partir da análise da argumentação interna dos termos destacados, poderíamos propor uma paráfrase como a que segue:

D(1c) Bechara (2011) é grato aos seus professores pela ajuda que suas obras lhe deram, permitindo repetir seus ensinamentos, mesmo que isso nem sempre seja possível.

Trazemos esse exemplo a fim de refletirmos sobre quão complexo é parafrasear e manter a equivalência semântica e como a AI pode auxiliar nesse processo.

Vamos a mais um exemplo. Consideremos o trecho T(1) a seguir, retirado da obra *Histórico da censura política à imprensa escrita: da instauração à extinção (1968-1978)*, de Aquino (1999):

T(1) “No Estado autoritário brasileiro pós-64, pode ser identificada a dura política reservada aos que a ele se opõem, porém, não se chegou ao extermínio físico de largas camadas da população, nem ao terror estabelecido pelos regimes totalitários a toda a população, oposicionista ou não” (AQUINO, 1999, p. 211).

Possível argumentação interna:

dura política: medidas governamentais radicais DC violentas

reservada: destinada a alguns DC Neg-a todos

se opõem: contrários DC resistência

extermínio físico: execução de pessoas DC morte

de largas camadas da população: amplo estrato de pessoas DC grande abrangência

oposicionista: contrária ao Governo DC resistência

Parafraseando T(1), com base nas AIs dos termos destacados, teríamos:

T(1a) De acordo com Aquino (1999), no Brasil, o Estado autoritário posterior a 64 foi marcado por medidas governamentais radicais e violentas para com aqueles que eram contrários ao governo vigente, resistindo a ele. Apesar disso, não chegaram a executar amplo estrato de pessoas, tampouco aterrorizaram as pessoas contrárias ou não ao governo.

Vamos a mais um exemplo. Leiamos um trecho do artigo “A ortotanásia e o Direito Penal brasileiro”, de Villas-Bôas (2008):

T(2) Mesmo sem indicação formal, certas medidas podem ser mantidas a pedido do próprio paciente, quando ele deseja tal prolongamento, considerando importante viver esses momentos ainda que aumente seu sofrimento (VILLAS-BÔAS, 2008, p. 63).

Possível argumentação interna:

mesmo sem indicação formal: Neg-recomendação protocolar PT permitido

certas medidas podem ser mantidas: determinadas condutas de suporte DC manutenção

a pedido do próprio paciente: vontade do doente DC respeito

prolongamento: continuidade DC manutenção

ainda que aumente seu sofrimento: piora no estado de saúde PT suportar

De acordo com a AI das entidades linguísticas sublinhadas, poderíamos parafrasear esse trecho da seguinte maneira:

T(2a): Segundo Villas-Bôas (2008), apesar da não recomendação protocolar, é permitido que determinadas condutas de suporte sejam mantidas, respeitando a vontade do doente que considera importante suportar essa piora em seu estado de saúde.

Creemos que os exemplos apresentados sejam suficientes para demonstrar como a noção de *argumentação interna* (AI) de uma palavra ou de expressões, proposta pela TBS, pode auxiliar na elaboração de paráfrases.

Considerações finais

Como já dito neste estudo, o sentido de uma entidade linguística se constitui no uso, portanto, no discurso, sendo as entidades linguísticas solidárias, o sentido de uma se constitui em oposição às demais. Assim, para descrever o sentido de uma palavra ou expressão, entidade simples, é preciso recorrer ao discurso ou, no mínimo, ao enunciado do qual faz parte. Ademais, em se considerando que o sentido de um discurso é sempre único e irrepetível, ao fazer uso do mecanismo parafrástico, poderá haver, em algumas situações, pequenas alterações, mas o que propomos é justamente que elas afetem o menos possível o sentido do discurso, por isso

pensamos na paráfrase a partir do viés semântico-argumentativo, considerando a equivalência semântica.

Quanto à paráfrase de discursos, não basta teorizar e definir o que é, é preciso pensar em estratégias que auxiliem o aluno, bem como proporcionar a prática, porque essa é uma habilidade que só é aperfeiçoada com o *fazer* e envolve outras habilidades, como a compreensão leitora e a produção escrita. Além disso, cabe elucidar que todas as áreas do conhecimento fazem uso da paráfrase, assim sendo, estudos voltados para esse tema não são importantes apenas para a Linguística, mas beneficiam, também, todas as demais áreas do conhecimento.

É preciso, ainda, esclarecer que buscamos, nesta pesquisa, demonstrar como a noção de *argumentação interna* da TBS pode contribuir para a produção de paráfrases de discursos de divulgação científica, sendo esta a primeira fase de um processo investigativo. É preciso pensar, por exemplo, na transposição desse conceito.

Não pretendemos, com este estudo, encerrar as discussões sobre a paráfrase, tampouco afirmar que a Teoria escolhida seja a única ou a melhor a dar conta dessa questão. Trata-se de propor um viés que considera as relações entre as entidades linguísticas, buscando equivalência semântica a partir da argumentação presente na própria língua, sem se utilizar da inferência ou dedução.

Referências

- AQUINO, Maria Aparecida de. Relações entre o Estado autoritário, a censura e a imprensa escrita. In: AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o estado de São Paulo e movimento.** O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999. p. 205-253.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: **Informação e documentação – citações em documentos – apresentação.** Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/nbr10520-original.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- AZEVEDO, Tânia Maris de. Semântica argumentativa: esboço de uma descrição do sentido do discurso. **Cadernos de Pesquisas em Linguística**, (PUCRS), Porto Alegre, v. 2, p. 135-150, 2006. Disponível em: <https://f.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/4552/files/2019/03/2006-A-sem%C3%A2ntica-argumentativa-e-a-descri%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- AZEVEDO, Tânia Maris de. Polifonia linguística: uma proposta de transposição didática para o ensino da leitura. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 51, p. 73, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/21558>. Acesso em: 15 out. 2020.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1988. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. **Relatório síntese de área: Língua Portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2017/Lingua_Portuguesa.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.

BRASIL. **Saeb 2017 revela que apenas 1,6% dos estudantes brasileiros do Ensino Médio demonstraram níveis de aprendizagem considerados adequados em Língua Portuguesa**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, 2018a. Disponível em:

http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/saeb-2017-revela-que-apenas-1-6-dos-estudantes-brasileiros-do-ensino-medio-demonstraram-niveis-de-aprendizagem-considerados-adequados-em-lingua-portug/21206. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Sistema de avaliação da educação básica: documentos de referência versão 1.0**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2018b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/saeb_documentos_de_referencia_versao_1.0.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

CAREL, Marion. Análise argumentativa do léxico: o exemplo da palavra 'medo'. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 26-35, 2009. Disponível em: <https://f.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/4552/files/2019/03/An%C3%A1lise-argumentativa-do-%C3%A9xico.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CAREL, Marion. Significação e argumentação. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 73, p. 2-20, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/8579>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CAREL, Marion. As argumentações enunciativas. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 106-124, 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/30470>. Acesso em: 4 nov. 2019.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. Polifonía y argumentación. **Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso**. Cali: Universidad del Valle, 1988.

DUCROT, Oswald. Os internalizadores. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 7-26, 2002. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14221/9431>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. **La Semántica Argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/download/2865/2804>. Acesso em: 01 jun. 2020.

FERNANDES, Márcia. **Citação direta e indireta**. Toda Matéria. 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/citacao-direta-e-indireta/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FLORES, Valdir et al. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FUCHS, Cathérine. A paráfrase lingüística: equivalência, sinonímia ou reformulação. Tradução: João Wanderley Geraldi. **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas, n. 8, p. 129-134, 1985. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636744>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica**: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase & cia**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2004.

VILLAS-BÔAS, Maria Elisa A ortotanásia e o Direito Penal brasileiro. **Revista Bioética**, 2008, v. 16, n. 1, p. 61-83. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361533250006>. Acesso em: 28 jun. 2020.